



Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - ANALISTA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- um caderno de respostas destinado à redação



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e elaboração do texto definitivo da redação
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – O mito da maioria penal

Marcelo Freixo, O Globo, 02/04/2015

“Quando falo sobre redução da maioria penal, costume dizer que a sociedade precisa decidir em que banco quer ver a juventude. Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos”.

1

Segundo o exposto no texto 1, depreende-se que o autor do texto:

- (A) apoia a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara;
- (B) critica o sistema educacional, incapaz de manter as crianças na escola;
- (C) desaprova a redução da maioria penal de 18 para 16 anos;
- (D) lamenta afetivamente o encaminhamento de menores para a prisão;
- (E) aplaude a aprovação da constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal.

2

O autor do texto 1 apela para algumas estratégias argumentativas; a estratégia identificada de forma correta e adequada ao texto é:

- (A) a criação de autoridade para os seus argumentos ao citar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;
- (B) o aumento da força de seus argumentos ao colocar as opiniões em primeira pessoa do singular;
- (C) o apelo à intimidação do leitor, antecipando os perigos sociais de uma parte delinquente de nossa juventude;
- (D) a utilização de um falso argumento “ou um ou outro”, ao dizer “no banco da escola ou no banco dos réus”;
- (E) o uso de argumento apoiado em pública autoridade ao indicar a preferência do Congresso Nacional pela redução da maioria penal.

3

“Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção”.

A forma correta dos demonstrativos na substituição do termo sublinhado é:

- (A) esse/àquele;
- (B) este/àquele;
- (C) aquele a esse;
- (D) aquele a este;
- (E) esse a este.

4

A charge abaixo, publicada no jornal O Dia (PI) em 1 de abril de 2015, produz humor apoiada numa figura de linguagem expressa graficamente, figura essa denominada:



- (A) metáfora;
- (B) metonímia;
- (C) hipérbole;
- (D) pleonasma;
- (E) catacrese.

5



A charge acima, do caricaturista Samuca, publicada no Diário de Pernambuco em 1 de abril de 2015, expõe um dos pontos de vista sobre a redução da maioria penal, que pode ser expresso na seguinte frase:

- (A) A infância abandonada pelos pais, que passam todo o dia fora de casa, acaba por cometer delitos que a levam para a cadeia;
- (B) O fato de muitas crianças trocarem a sala de aula pelo campo de futebol pode ser o início de uma vida na ilegalidade;
- (C) Crianças devem ser tratadas como tais e não serem passíveis de penas que atingem os adultos;
- (D) O futebol, como outros esportes, pode servir de caminho para que as crianças não ingressem no mundo do crime;
- (E) A redução da maioria penal não deve atingir as crianças muito pequenas, que devem ocupar seu tempo em estudo e divertimento.

6

Abaixo foram transcritos trechos de cartas de leitores de um jornal sobre a maioridade penal; a opção cujo posicionamento contraria especificamente uma afirmação do texto 1 é:

- (A) “Ser a favor ou contra a redução da maioridade penal é um direito inalienável de cada cidadão, mas, alegar que a redução de 18 para 16 anos colocará a nossa juventude no sistema prisional é o mesmo que confundir alhos com bugalhos”.
- (B) “O discurso contrário à redução da maioridade penal é o mesmo, assim como as justificativas para não adotá-la no país. Uma delas é a questão da precariedade do sistema penitenciário no Brasil”.
- (C) “Preocupante que a CCJ tenha dado aval para que a proposta de redução da menoridade penal seja discutida e até votada no Congresso Nacional”.
- (D) “Mandar adolescentes para a cadeia só irá piorar as coisas e aumentar ainda mais a violência e o crime na já conturbada sociedade brasileira”.
- (E) “Ninguém acredita que essa redução da maioridade penal irá resolver a questão da segurança pública. Apenas acreditamos que homicidas serão, realmente, punidos”.

7

Ao intitular o texto 1 como “O mito da maioridade penal” o autor do texto:

- (A) antecipa um posicionamento sobre o tema abordado;
- (B) mostra o tema como algo fora de época;
- (C) destaca o tema como algo importante;
- (D) considera o tema do ponto de vista literário;
- (E) condena a discussão do tema.

8

A UOL Cotidiano lista uma série de razões contra e a favor da redução da maioridade penal; a razão abaixo que NÃO está adequadamente expressa contra a redução é:

- (A) a redução da maioridade penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988;
- (B) a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade;
- (C) a pressão para a redução da maioridade penal está baseada em dados estatísticos e não em casos isolados;
- (D) em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime;
- (E) a redução da maioridade penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

9

“O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos”.

Sobre esse argumento, a afirmação correta é:

- (A) mostra opinião contrária à redução da maioridade penal;
- (B) indica a legislação de todos os estados americanos como parâmetro a ser seguido no Brasil;
- (C) destaca os países desenvolvidos como exemplos onde a redução da maioridade penal não foi adotada;
- (D) apela a um absurdo a fim de que a força de seu argumento seja intensificada;
- (E) aponta um país considerado superior ao Brasil onde já se aplica a redução da maioridade penal para que sirva de exemplo.

10

Em documento que circula pela Internet estão apontadas 18 razões para que não haja redução da maioridade penal; entre elas, a razão que se apoia em fator sem referência a valor ou desvalor intrínseco da redução é:

- (A) a redução em foco esbarra no fato de o sistema prisional brasileiro não suportar mais pessoas;
- (B) a redução da maioridade penal trata o efeito, mas não a causa;
- (C) a redução da maioridade penal não afasta os adolescentes do crime;
- (D) a redução pretendida afronta leis brasileiras e internacionais;
- (E) a redução almejada não respeita os direitos de crianças e adolescentes.

TEXTO 2 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Aloysio Nunes Ferreira, *Época*).

11

Argumentativamente falando, as palavras do enunciador do texto 2:

- (A) condenam o ECA por seu excesso de benevolência;
- (B) aplaudem o Governo por suas medidas educativas;
- (C) criticam os poderes públicos por só aplicarem as leis estabelecidas pelo ECA;
- (D) apoiam o ECA, mas reconhecem limitações em alguns casos;
- (E) defendem incondicionalmente a redução da maioridade penal.

12

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”.

A inclusão de uma vírgula entre os dois segmentos (texto 2) faz supor a implícita existência de um conector entre eles; tal conector deveria representar:

- (A) uma concessão, como “ainda que”;
- (B) uma adversidade, como “porém”;
- (C) uma conclusão, como “logo”;
- (D) uma explicação, como “pois”;
- (E) uma proporcionalidade, como “à medida que”.

13

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2 há duas ocorrências sublinhadas do vocábulo “mesmo”; sobre essas ocorrências, é correto afirmar que:

- (A) ambas equivalem ao sentido de inclusão;
- (B) só a primeira ocorrência indica concessão;
- (C) só a segunda ocorrência indica concessão;
- (D) só a primeira ocorrência indica inclusão;
- (E) só a segunda ocorrência indica inclusão.

14

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que (1) são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que (2) isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2, o elemento que NÃO estabelece coesão formal com nenhum termo anterior é:

- (A) outras;
- (B) advertência;
- (C) que (1);
- (D) que (2);
- (E) isso.

15

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

O adjetivo que, por sua tipologia, mostra um tipo diferente dos demais é:

- (A) ignorada;
- (B) previstas;
- (C) severas;
- (D) justa;
- (E) generosa.

16

A frase abaixo em que está ausente qualquer processo de intensificação de adjetivos é:

- (A) “O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa”;
- (B) “...ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”;
- (C) “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência...”;
- (D) “...a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas”;
- (E) “...é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

17

Observe o gráfico a seguir e destaque a afirmação que se coaduna com os dados apresentados.



- (A) Países desenvolvidos apoiam a redução da maioridade penal;
- (B) A segurança se consegue com a retirada de elementos perigosos das ruas;
- (C) A lei brasileira é mais rígida que a de muitos outros países desenvolvidos;
- (D) As dúvidas sobre a idade ideal de responsabilidade penal é visível;
- (E) Países subdesenvolvidos pretendem ressocializar os delinquentes.

18

No texto 2 aparece o seguinte segmento: “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Sobre as sanções previstas, a afirmação correta é:

- (A) as sanções estão dispostas, no texto, em ordem crescente de penalização;
- (B) a internação aparece como menos grave do que a privação de liberdade;
- (C) as sanções menos severas incluem a internação;
- (D) as sanções aparecem citadas em ordem decrescente de rigor;
- (E) as sanções citadas aparecem citadas aleatoriamente.

19

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Os termos que, se trocados de posição, acarretam modificação de sentido, são:

- (A) o único remédio / o remédio único;
- (B) população jovem / jovem população;
- (C) determinados casos / casos determinados;
- (D) punição mais eficaz / mais eficaz punição;
- (E) Estatuto da Criança e do Adolescente / Estatuto do Adolescente e da Criança.

20

Entre as palavras abaixo, aquela que mostra uma formação distinta das demais é:

- (A) promoção;
- (B) proteção;
- (C) internação;
- (D) população;
- (E) prevenção.

21

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Nesse segmento do texto 2, o termo empregado em sentido conotativo (ou figurado) é:

- (A) punição;
- (B) remédio;
- (C) violência;
- (D) população;
- (E) Estatuto.

Conhecimentos Específicos

22

Entre as ferramentas de comunicação empresarial, a que atinge o maior público a baixo custo é o(a):

- (A) produção de eventos;
- (B) merchandising;
- (C) comunicação interpessoal;
- (D) promoção;
- (E) propaganda.

23

Dentro do processo de comunicação, a comunicação de marketing está centrada no(a):

- (A) emissor;
- (B) meio;
- (C) mensagem;
- (D) receptor;
- (E) fonte.

24

A Defensoria Pública deseja aumentar o conhecimento sobre a opinião pública do estado em relação ao sistema judiciário. Para isso, fará uma pesquisa com o objetivo de descobrir novos conceitos que os cidadãos têm sobre processos judiciais. O método de pesquisa e abordagem mais adequado para isso é:

- (A) discussão em grupo;
- (B) questionários autopreenchidos;
- (C) questionários com entrevistadores;
- (D) levantamento telefônico;
- (E) levantamento pela internet.

25

A estratégia de comunicação da sociedade civil organizada pode ser chamada de comunicação:

- (A) social;
- (B) mercadológica;
- (C) pública;
- (D) persuasiva;
- (E) interativa.

26

Alguns teóricos da comunicação e jornalistas criticam as publicações institucionais por se tratarem de um “pseudo-jornalismo”. Essa crítica:

- (A) procede, pois o processo de produção de notícias é diferente do processo dos veículos comerciais;
- (B) procede, pois as edições, no Brasil, são coordenadas majoritariamente por relações públicas;
- (C) não procede, pois a maioria dos profissionais tem formação superior em jornalismo;
- (D) não procede, pois as notícias dessas publicações mantêm os princípios de ineditismo, atualidade, proximidade e interesse;
- (E) não procede, pois as publicações institucionais não precisam gerar lucro, como no caso dos veículos comerciais.

27

No Brasil, o modelo clássico de abertura de notícias ganhou um complemento, quando, a partir do relato inicial dos fatos, ocorre uma contextualização, que pode ser representada pela pergunta “e daí?”, desenvolvida por Carlos Lacerda, da “Tribuna da Imprensa”.

Esse complemento também recebe o nome de:

- (A) lead atrasado;
- (B) nariz-de-cera;
- (C) sublead;
- (D) subtítulo;
- (E) pirâmide invertida.

28

A atividade de comunicação organizacional vem sendo criticada por profissionais de outras áreas por não apresentar resultados mensuráveis. Essa crítica, atualmente, é:

- (A) válida, porque os métodos de avaliação da comunicação organizacional são extremamente superficiais;
- (B) válida, porque os métodos de avaliação não são concretos para profissionais de outras áreas;
- (C) improcedente, porque as atividades de maior valor agregado são intangíveis;
- (D) improcedente, porque as avaliações são, em grande parte, subjetivas;
- (E) improcedente, porque foram desenvolvidos diversos métodos quantitativos e qualitativos de avaliação.

29

Um dos maiores e mais complexos desafios para a edição de um *house-organ* para comunicação interna de uma organização está em:

- (A) distribuir os exemplares para todos os colaboradores em tempo hábil;
- (B) monitorar a satisfação do público-alvo para avaliar a efetividade do veículo;
- (C) atrair pequenos e médios anunciantes para conseguir viabilidade econômica;
- (D) conquistar a atenção do público através da produção de conteúdo relevante;
- (E) evitar a linguagem técnica dos jornalistas, para que alcance um público mais amplo.

30

Determinado político foi convidado a participar ao vivo de um programa de auditório num canal aberto de televisão. O apresentador conduziu a entrevista e optou pelo viés do entretenimento: a participação do político era entremeada com apresentações de grupos musicais, piadas e análise da conjuntura política e econômica do país. Desse modo, é correto afirmar que a política convertida em espetáculo acarreta a manutenção do *status quo*, uma vez que:

- (A) a outorga para operação de um canal aberto de televisão tem como contrapartida a veiculação de propaganda partidária disfarçada de entretenimento;
- (B) o enquadramento de assuntos em linguagem de mídia de massa promove a distração do público;
- (C) os *aparelhos ideológicos de Estado*, na definição de Althusser, são instrumentos para o exercício pleno da democracia;
- (D) o marketing eleitoral, num jogo de relações de interdependência, transforma todo político em celebridade e toda celebridade em potencial candidato político;
- (E) os *aparelhos repressivos de Estado* mascaram suas estratégias de dominação por intermédio da programação televisiva.

31

Uma celebridade esportiva foi convidada por uma revista nacional de grande circulação para uma exclusiva, com direito à chamada na capa da publicação. No entanto, o esportista exigiu que seu assessor de comunicação tivesse acesso ao texto final que seria publicado cabendo, a esse profissional, o direito de suprimir trechos que julgasse “prejudiciais” à imagem da celebridade. Ao ceder às exigências, a revista:

- (A) errou, pois o leitor recebeu material editorial de tez sensacionalista;
- (B) errou, pois o valor intrínseco dos fatos e, conseqüentemente da publicação, foram maculados;
- (C) acertou, pois o retorno em circulação justifica a perda de autonomia editorial;
- (D) nem acertou tampouco errou, pois não cabe juízo de valor em ações de marketing;
- (E) acertou, pois o relacionamento entre a empresa jornalística e as fontes de informação é de confiança.

32

Victoria irá ao ginásio municipal para acompanhar uma partida de basquete. Algumas emissoras de rádio da região se propuseram a realizar a transmissão ao vivo exclusivamente em Amplitude Modulada. A torcedora queria utilizar seu celular em vez de um aparelho de rádio convencional. No entanto, ela se deparou com uma questão: o aparelho celular não apresentava condições técnicas para receber o sinal analógico das emissoras de rádio que operam em AM, sendo possível apenas a recepção em FM. De acordo com a teoria da informação, essa impossibilidade de captação pelo celular é um problema:

- (A) da fonte emissora;
- (B) de ruído;
- (C) da mensagem;
- (D) do decodificador;
- (E) do codificador.

33

Se a invenção do telégrafo com fio é atribuída a Samuel Morse e o telefone com fio a Graham Bell, discute-se o pioneirismo de Marconi quanto à radiotelegrafia. Registros históricos indicam que, enquanto o italiano Marconi comprovava a transmissão de sinais em código Morse à distância, sem o auxílio de fios condutores, um cientista brasileiro ia além, ao transmitir a voz humana, músicas e ruídos, no final do século XIX.

O texto acima se refere à seguinte personalidade brasileira:

- (A) Henrique Morize;
- (B) Assis Chateaubriand;
- (C) Roberto Landell de Moura;
- (D) Edgard Roquette-Pinto;
- (E) Irineu Marinho.

34

O Brasil veio a conhecer a atividade de impressão relativamente tarde em relação a outros países do continente. Por aqui, ela aportou sob o manto da coroa portuguesa, em 1808, por intermédio da Imprensa Régia. Antes disso a metrópole portuguesa reprimira qualquer tentativa de se estabelecer algum maquinário de impressão. Com relação a esse período histórico, é correto afirmar que:

- (A) a Gazeta do Rio de Janeiro apresentava linha editorial favorável ao governo imperial e, por esse motivo, enfrentou, logo no primeiro ano de sua fundação, a concorrência de pasquins;
- (B) o Correio Braziliense recebia aporte financeiro de Napoleão Bonaparte para ser impresso e distribuído clandestinamente no Brasil;
- (C) o Correio Braziliense se destacou, entre outros motivos, pelo pioneirismo, ao publicar imagens por intermédio da técnica da litografia;
- (D) três meses antes da Gazeta do Rio de Janeiro, o Correio Braziliense circulava em território nacional, com periodicidade quinzenal e cerca de 20 páginas por edição;
- (E) o Correio Braziliense, de propriedade de Hipólito da Costa, continha seções como Política, Artes, Literatura e Ciências, entre outras.

35

Uma empresa foi contratada para prestar serviço terceirizado de assessoria de imprensa. O objetivo era aumentar a visibilidade da marca, do setor farmacêutico, na mídia impressa, por intermédio de ações do jornalismo. As estratégias implementadas para obtenção de resultados positivos nesse tipo de mídia devem prever também diálogo preferencial com:

- (A) stakeholders;
- (B) instâncias governamentais municipais;
- (C) jornalistas da “velha guarda”;
- (D) webrádios;
- (E) alta diretoria.

36

Determinado órgão público precisa melhorar a comunicação interna com seus funcionários terceirizados. O público-alvo possui o ensino fundamental incompleto e pouco tempo para se dedicar à obtenção de informação. Dentre os suportes utilizados na comunicação interna com esse público-alvo, destacam-se:

- (A) vídeo-institucional e rádio-peão;
- (B) jornal mural e vídeo-institucional;
- (C) site institucional e rádio-peão;
- (D) vídeo-institucional e jornal-mural;
- (E) jornal-mural e site institucional.

37

O assessor de imprensa precisa reunir elementos para subsidiar um relatório que será entregue para a direção da empresa, contendo tanto o planejamento de comunicação empregado no último mês como os resultados alcançados. Relato cronológico e sucinto dos contatos mantidos com empresas jornalísticas, taxação dos releases enviados e dos que resultaram em matérias, eventuais gerenciamentos de crise, entre outros, são alguns dos elementos que farão parte desse relatório. Como parte constante do relatório, haverá ainda uma listagem de providências adotadas de modo periódico. Tal ferramenta, usual em assessorias de imprensa, é chamada de:

- (A) dossiê;
- (B) clipping;
- (C) release;
- (D) check-list;
- (E) pauta.

38

O presidente de uma empresa estatal considerou oportuna a publicação de um artigo assinado por ele em um jornal de circulação regional. O assessor de imprensa sugeriu, então, um determinado tipo de release a fim de tentar a veiculação daquele texto como espaço editorial, uma vez que a compra de espaço publicitário era inviável face ao contingenciamento de verbas. O material enviado, portanto, para a seção opinativa do jornal é o release:

- (A) padrão;
- (B) dirigido;
- (C) opinião;
- (D) especial;
- (E) artigo.

39

Três revistas de grande circulação nacional e histórico de relacionamento positivo com a assessoria de imprensa solicitaram exclusividade na entrevista com o Ministro da Educação. O assessor de imprensa informou a todos que o Ministro, por um problema de agenda, disporia de apenas 30 minutos para atender às solicitações. O encontro deveria ocorrer, portanto, numa mesma data e local. Desse modo, para atender à solicitação das revistas e conciliar a atividade com a agenda, o mais recomendado é:

- (A) selecionar apenas uma das revistas para realização da entrevista exclusiva de 30 minutos;
- (B) realizar *pool* de imprensa com 30 minutos de duração e acesso restrito apenas às três revistas;
- (C) conceder entrevista exclusiva de 10 minutos para cada uma das três revistas;
- (D) disponibilizar áudio com a fala do ministro, com 30 minutos de duração, para as revistas solicitantes;
- (E) organizar conferência de imprensa, com 30 minutos de duração, sem a presença das três revistas.

40

Certo telejornal local apresenta, logo na abertura do programa, determinada estrutura enunciativa na qual os principais destaques da edição são mencionados. O texto da *escalada*, de acordo com os manuais de redação para telejornalismo, deve ser escrito com frases curtas, diretas e verbos fortes. Observa-se ainda que o tempo verbal mais usual nas manchetes da *escalada* é o:

- (A) pretérito perfeito;
- (B) futuro composto;
- (C) pretérito mais que perfeito;
- (D) pretérito imperfeito;
- (E) presente do indicativo.

41

Danos irreparáveis à imagem de pessoas ou instituições podem ser causados pela prática de um tipo de jornalismo torpe, que avilta a ética jornalística. Devido à política editorial que o norteia, é flagrante a falta de rigor na metodologia científica de pesquisa. Matérias prontas antes de serem apuradas, roteiros de entrevista contendo as declarações que precisam ser extraídas das fontes e frases fora do contexto para conferir tom histriônico à reportagem são apenas alguns exemplos da prática desse modelo de jornalismo.

A partir das considerações acima, é correto inferir que:

- (A) liberdade de expressão e liberdade de imprensa são álibis para a prática do jornalismo denunciatório de viés sensacionalista;
- (B) a concorrência acirrada entre as empresas jornalísticas e a necessidade de diferenciar-se justificam o modelo jornalístico voltado para novos padrões de consumo;
- (C) o marketing da notícia assegurou às empresas jornalísticas ganhos na circulação e/ou audiência ao valorizar o enquadramento da notícia espetacularizada;
- (D) esse padrão noticioso atende à lógica da inclusão social proporcionada pela distribuição de renda e formação de uma nova classe média;
- (E) o modelo paradigmático de jornalismo, de acordo com a lógica de mercado de consumo, é oferecer um produto popular, com destacada qualidade técnica e excelente retorno financeiro.

42

A comunicação endógena, ao utilizar ferramentas da comunicação institucional e da comunicação mercadológica, incrementa a interação entre a organização e seus funcionários. Com esse propósito, o assessor de comunicação precisa desenvolver um produto noticioso institucional que sintetize a política de comunicação organizacional integrada e valorize a relação dialógica entre a direção e o chão da fábrica. O produto que atende a essa orientação apresentará conteúdo:

- (A) prioritariamente de comunicação mercadológica, com foco no intraempreendedorismo;
- (B) preferencialmente com notícias da alta direção e destaque para a comunicação administrativa;
- (C) preferencialmente de endomarketing e jornalismo, com propósito de congregar tanto a comunicação mercadológica como a institucional;
- (D) prioritariamente de marketing social a fim de agregar valor à marca institucional;
- (E) preferencialmente de promoção de vendas, com foco no operário de chão da fábrica, que é, por sua vez, um consumidor em potencial.

43

A coordenação de jornalismo de uma emissora de rádio do gênero *talk and news* decidiu veicular, em comemoração ao aniversário de fundação da cidade, um programa especial ao vivo. A transmissão e realização do programa acontecerão na principal praça pública. Caberá ao produtor do programa:

- (A) obter autorização das autoridades competentes para realização do evento; operar unidade móvel para transmissão externa e disponibilizar todos os equipamentos necessários;
- (B) solicitar apoio técnico e logístico para a transmissão; convocar os recursos humanos envolvidos no programa a ser realizado;
- (C) requerer repórteres e locutores para o programa ao vivo; editar e montar o programa, sempre de acordo com a linha editorial da emissora;
- (D) selecionar as trilhas musicais para o programa especial e elaborar as vinhetas; prospectar possíveis anunciantes para patrocinar o programa especial;
- (E) zelar pela plástica do programa especial em consonância com a linha editorial da emissora; realizar entrevistas e reportagens ao vivo para o programa.

44

A assessoria de imprensa de uma empresa do setor alimentício monitorou as redes sociais e apurou críticas sobre a qualidade de um dos produtos comercializados. Segundo depoimentos dos consumidores, a qualidade teria caído a partir do momento em que o principal fornecedor de matéria-prima foi substituído. Para evitar que as críticas maculem a marca da empresa, é fundamental gerenciar a crise de imagem. Para tanto, os procedimentos recomendados pressupõem:

- (A) implementar uma gestão de comunicação *low profile*;
- (B) eleger a rede social como plataforma midiática exclusiva de enfrentamento;
- (C) outorgar o gerenciamento a empresas terceirizadas;
- (D) assumir o comando da dinâmica das informações;
- (E) contratar celebridade midiática para representar a empresa.

45

O propósito precípua do Jornalismo Público por vezes é distorcido, de modo que é necessário posicionar corretamente o compromisso e a natureza desse gênero de atividade. Daí se infere que os parâmetros que norteiam o jornalismo público o afastam do jornalismo Estatal, pois a natureza do processo jornalístico:

- (A) obedece a uma dinâmica própria, autônoma e independente que tem como meta a defesa do interesse público e a promoção da cidadania;
- (B) nos moldes de produção do sistema capitalista, atende a uma dinâmica que objetiva fiscalizar o Estado e os agentes públicos;
- (C) prioriza os interesses coletivos, com subsídio público ou privado, sem conflitos de interesse;
- (D) resguarda os países democráticos da interferência do Estado na difusão da informação;
- (E) propugna pela transparência nas relações público-privadas, uma vez que independe das verbas publicitárias governamentais.

46

O cinegrafista de um telejornal local, acompanhado pelo repórter, captou imagens que serão utilizadas como material de apoio para a locução em *off*. Alguns cuidados devem ser tomados pela equipe a fim de não comprometer a posterior edição do material bruto, como por exemplo:

- (A) transcrever na íntegra o depoimento das fontes e a duração das entrevistas;
- (B) deixar na fita ou hd os erros de gravação, sejam passagens ou *offs*, para que as imagens retratem fielmente a atividade de cobertura;
- (C) posicionar o repórter na contraluz para o *stand-up* e monitorar o áudio;
- (D) seguir o previsto na pauta para otimizar o tempo sem que seja necessário preencher fichas técnicas;
- (E) escrever na lauda o texto da passagem, o nome do cinegrafista e a data da matéria.

47

A inauguração da TV Tupi de São Paulo foi um marco para a história da comunicação no Brasil. Do senso de visão de Chateaubriand, que resolveu adquirir os equipamentos produzidos pela empresa norte-americana *RCA Victor*, ao imprevisto, como na resolução da falha em uma das três câmeras do estúdio na estreia da emissora, o fato é que a TV Tupi serviu de parâmetro, por décadas, para as demais emissoras. Telenovelas, programas jornalísticos, de auditório, concursos de misses, enfim, formatos que trouxeram audiência e publicidade, além de possibilitar a experimentação de outras estruturas narrativas naquele suporte. Entretanto, as quase três décadas de produção e a relação afetiva com os telespectadores não impediram a crise. Dentre as principais razões que explicam o fim da TV Tupi, com a derradeira publicação no Diário Oficial de 18 de julho de 1980, que declarou peremptas as concessões do grupo Associado, estão:

- (A) morte de Assis Chateaubriand e compra do grupo por empresas norte-americanas que priorizaram programação gravada em vez de ao vivo;
- (B) consolidação da Rede Globo de Televisão e da TV Manchete e a acirrada competição por audiência com emissoras apostando em transmissão patrocinada de partidas de futebol;
- (C) obsolescência do equipamento técnico e perda de casting televisivo para emissoras concorrentes;
- (D) repartição do espólio de Assis Chateaubriand aos funcionários do grupo e desvalorização das ações da empresa;
- (E) falta de investimentos para renovação técnica e tecnológica e greves recorrentes de funcionários por falta de pagamento.

48

A assessoria de comunicação de uma empresa varejista aposta em redes sociais para fidelização dos clientes. Dessa forma, as plataformas mais utilizadas são o *twitter* e o *instagram*. Para manter os consumidores e/ou reforçar a marca, as postagens fazem uso das *hashtags*. Dentre as recomendações para uso eficaz desse mecanismo destaca-se:

- (A) a utilização de *hashtags* mais utilizadas pelos usuários, ainda que sem relação direta com a empresa;
- (B) a pesquisa da *hashtag* mais apropriada para cada rede social;
- (C) a criação de *hashtags* para despertar a curiosidade dos consumidores;
- (D) a relativização das *hashtags de conteúdo* em prol da originalidade nas postagens;
- (E) a utilização de apenas uma *hashtag* por postagem a fim de não distrair o consumidor.

49

Um grande evento de moda foi realizado em 2008 numa capital brasileira. Fechado ao público em geral, apenas pessoas do meio e a imprensa tinham acesso aos desfiles. Para obter credenciamento era necessário preencher uma ficha online, disponível no *hotsite*. A assessoria de imprensa responsável pela organização informava ainda que era imprescindível anexar o diploma de conclusão do curso de jornalismo. Imaginemos a situação hipotética na qual um indivíduo, para atender a exigência acima mencionada, teria forjado um diploma a fim de se passar por jornalista. Ao agir dessa maneira, ele estaria sujeito a responder por crime de:

- (A) lesa pátria;
- (B) estelionato;
- (C) fraude processual;
- (D) apropriação indébita;
- (E) concussão.

50

Na estruturação de uma notícia no formato da pirâmide invertida, o redator dispôs os elementos do *lead* integral na ordem direta do discurso. Desse modo, a formulação correta é:

- (A) 3Q;
- (B) Q + P + C + O;
- (C) SN + Q + O + P + C;
- (D) 3Q + O + C + P;
- (E) C + Q + P + O + SN + Q.

51

O depoimento de um membro da Advocacia Geral da União, entrevistado para um programa de televisão, precisa de edição de áudio, tanto para adequar a fala ao tempo disponível como para retirar conteúdo redundante ou desnecessário. Em procedimento subsequente, o áudio será sincronizado à imagem. No jargão profissional dos jornalistas, a técnica implementada com a finalidade de identificar por intermédio do *in cue* e do *out cue*, ou seja das deixas, os trechos selecionados de fala é conhecida como:

- (A) retrocrometragem;
- (B) decupagem;
- (C) captura;
- (D) timecode;
- (E) *fade in* e *fade out*.

52

O jornal impresso produzido por alunos do centro acadêmico da faculdade possui uma seção que ocupa uma página, formato *standard*, com notícias institucionais. Tais notícias são redigidas no formato da pirâmide invertida. Em uma ocasião, chegaram à redação duas notas importantes, mas o jornal já havia sido diagramado. Os exemplares seriam rodados na gráfica algumas horas depois. O recurso empregado pelo editor com o diagramador para incluir as notas de forma célere foi cortar as demais notícias da seção “pelo pé”. Entretanto, ainda era preciso um ajuste para que as matérias coubessem na página. A resolução do problema com as técnicas de diagramação eletrônica se deu por intermédio do ajuste:

- (A) da orientação da página para tablóide;
- (B) do conteúdo da notícia ao espaço disponível;
- (C) do parágrafo para sangramento da página;
- (D) de *webdings* e *wingdings*;
- (E) do *tracking* e do *Kerning*.

53

De modo geral, as grandes redes de TV aberta no Brasil têm procurado novos formatos e linguagens para dialogar com os telespectadores. O padrão de qualidade cede lugar à participação dos colaboradores, com o envio de registro de flagrantes e depoimentos gravados com dispositivos móveis. Desse modo, é correto afirmar que:

- (A) o jornalismo colaborativo resulta da falta de meios disponíveis para circulação da informação;
- (B) a estrutura dos programas tenta se aproximar da realidade do consumidor de notícias, com menos investimento em tecnologia e infraestrutura;
- (C) o exercício de um jornalismo com linguagem mais informal é percebido nas matérias de prestação de serviços;
- (D) os modos de produção multimídia conferem, de fato, direitos iguais àqueles que sempre foram alijados da pauta dos *mass media*;
- (E) a nova classe média brasileira e o poder de compra da população resultaram em uma cobertura de imprensa mais justa e democrática.

Legislação Institucional

54

Consoante dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, é exemplo de garantia dos membros da Defensoria Pública a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
- (B) vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, assegurada ampla defesa;
- (C) promoção voluntária de categoria para categoria, sempre por antiguidade, por meio de lista tríplice no terço mais antigo da carreira elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
- (D) estabilidade, após dois anos de exercício, não podendo ser os Defensores Públicos demitidos do cargo senão por sentença judicial em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa;
- (E) possibilidade de exercício de advocacia privada (exceto contra os interesses do ente federativo a que estiverem vinculados) e de participação em sociedade empresarial, na condição de sócio administrador.

55

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras:

- (A) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais (vedado o patrocínio de pessoas jurídicas), em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- (B) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em processos judiciais (vedada a atuação em processos administrativos), perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias;
- (D) prestar orientação jurídica e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, na defesa dos direitos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

56

É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94:

- (A) não ser preso, inclusive na hipótese de flagrante delito, senão por ordem judicial escrita e devidamente fundamentada, no bojo de processo judicial em que lhes tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, exceto quando estes se acharem presos e incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, independentemente de prévio agendamento;
- (C) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;
- (D) representar a parte assistida, em feito administrativo ou judicial, necessariamente mediante instrumento de mandato outorgando-lhes poderes específicos para tal, independentemente de a lei exigir poderes especiais para o caso;
- (E) ser investigado pela prática de crime comum exclusivamente pelo Defensor Público-Geral e, quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de crime por Defensor Público, a autoridade policial encaminhará a investigação imediatamente ao chefe institucional.

57

Ao dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- (A) Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;
- (B) Tribunal de Contas, mediante controle externo feito pelo Poder Judiciário, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (C) Tribunal de Contas, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno do Poder Judiciário;
- (D) Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (E) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas.

58

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia dispõe que o serviço extraordinário tem caráter eventual e só será admitido em situações excepcionais e temporárias, sendo remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho. Nesse contexto, aponte as consequências das condutas dos seguintes servidores estaduais ocupantes de cargo efetivo:

Caso 1: Alberto atestou falsamente a prestação de serviço extraordinário.

Caso 2: João se recusou, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

- (A) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de suspensão;
- (B) Alberto será punido com pena de suspensão e João com pena de repreensão;
- (C) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de exoneração;
- (D) ambos serão punidos com pena de repreensão e, no caso de reincidência, com a suspensão;
- (E) ambos serão punidos com pena de suspensão e, no caso de reincidência, com a demissão.

59

Marcela, servidora pública civil estável estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, pretende obter licença por motivo de doença em pessoa da família para dar assistência a seu irmão, acometido de grave enfermidade. Com base no regime jurídico que disciplina a matéria previsto na Lei Complementar Estadual nº 68/1992, é correto afirmar que a licença pretendida por Marcela será concedida:

- (A) sem remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até doze meses, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (B) sem remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até cento e oitenta dias, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (C) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada sem remuneração pelo período máximo de até trinta e seis meses, mediante parecer da Junta Médica;
- (D) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer da Junta Médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração, até o máximo de vinte e quatro meses;
- (E) sem prejuízo da remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada sem remuneração por até seis meses, mediante parecer da Junta Médica, e a servidora tem prazo de quinze dias após a cessação da causa da doença para se apresentar ao serviço.

60

Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 68/1992), é dever do servidor:

- (A) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento;
- (B) aliciar, de acordo com sua liberdade de manifestação, subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical;
- (C) promover manifestações de apreço ou despreço no recinto da repartição, de acordo com sua liberdade de opinião;
- (D) manter conduta compatível com a moralidade e a improbidade administrativas;
- (E) atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões.

61

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão normativo, consultivo e deliberativo, incumbido de superintender a atuação da Defensoria Pública, bem como zelar pela observância dos princípios institucionais do órgão. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento;
- (C) estabelecer o horário de funcionamento, a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública e autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado;
- (D) designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;
- (E) elaborar, anualmente, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública, fazendo-a publicar no Diário Oficial e encaminhar ao Poder Executivo os expedientes, atos e estudos do interesse da Defensoria Pública.

62

Em matéria criminal, consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 117/94, compete aos Defensores Públicos:

- (A) defender, nos processos criminais, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, independentemente da declaração de hipossuficiência econômica;
- (B) exercer a defesa, nos processos criminais, dos réus com hipossuficiência econômica, exceto os policiais militares junto à Auditoria Militar;
- (C) defender, nos processos criminais, todos os réus com hipossuficiência econômica, e exercer o controle externo da atividade policial;
- (D) requerer a transferência de presos para local adequado e propor ação penal pública condicionada à representação, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;
- (E) atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, e propor ação penal pública incondicionada, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada.

63

Edson, Defensor Público Estadual de Rondônia, foi condenado em processo criminal transitado em julgado, a seis anos de reclusão pela prática de peculato. Considerando que se trata de crime contra a administração pública, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 117/94, tal fato:

- (A) não constitui causa para sua demissão, nem que haja processo próprio para tal, pela independência das instâncias civil, penal e administrativa;
- (B) não constitui causa para sua demissão, para evitar o *bis in idem*, ou seja, para impedir que o réu seja punido mais de uma vez pelos mesmos fatos;
- (C) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve juntamente com a ação penal, na forma da lei;
- (D) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve no prazo de 03 (três) anos, na forma da lei;
- (E) constitui causa para sua suspensão durante o período de cumprimento da pena, sem direito à remuneração, na forma da lei.

64

A Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 dispõe que a assistência judiciária aos necessitados:

- (A) engloba as taxas judiciárias, os selos, os emolumentos e custas devidos aos Juízes e serventuários da justiça, excluídos os devidos a órgãos do Ministério Público;
- (B) compreende as despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade;
- (C) abrange os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa, excluídos os honorários dos peritos;
- (D) inclui os honorários advocatícios e as custas processuais, excluídas as despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- (E) abarca os honorários advocatícios, as custas processuais, as taxas e selos judiciários e, quando o beneficiário da assistência for vencedor na causa, metade de tais valores será paga pelo vencido.

Geografia e História de Rondônia

65

“Há sinais desse movimento desde a época do descobrimento, mas foi no governo de Getúlio Vargas (1930/1945) que a colonização da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Era a época da Marcha para o Oeste.

(...) Durante a ditadura militar, a política para a Amazônia ficou conhecida pelo lema ‘Integrar para não Entregar’.”

(Peixoto, Fabrícia. *Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia*. Disponível em www.bbc.co.uk)

A ocupação da Amazônia ganhou fôlego no século XX, como mostra o trecho da reportagem acima. Sobre as consequências dessa ocupação, pode-se destacar:

- (A) o desenvolvimento econômico baseado nos princípios da sustentabilidade, que garantiu a preservação da floresta;
- (B) a demarcação das terras dos grupos indígenas que viviam na região, evitando conflitos por terras;
- (C) a forte deterioração do bioma da região norte, como consequência da exploração desenfreada da região;
- (D) a adoção de um padrão de transportes ferroviário, distinto do restante do país;
- (E) a abertura das fronteiras à penetração de países vizinhos que exploravam a região.

66

Em 2012, foi comemorado o centenário de inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré. Tal construção, vista como difícil e complexa, com tentativas fracassadas no século XIX, custou a vida de inúmeros operários, e, durante o período da ditadura militar no país, acabou desativada, no governo do presidente Castelo Branco, em 1966. A justificativa para tal medida foi:

- (A) a preservação ambiental local através do fim das atividades econômicas na região;
- (B) o incremento do transporte fluvial, aproveitando o potencial dos rios da região;
- (C) o redirecionamento dos investimentos para o transporte aéreo com a construção de vários aeroportos;
- (D) o incentivo ao transporte rodoviário com a construção de estradas na região;
- (E) o afastamento do capital estrangeiro da estrutura de transporte da região norte.

67

A região Norte, em especial o Vale do Madeira, teve a sua economia baseada no extrativismo e, como decorrência da sua formação social, o trabalho indígena, escravo ou não, foi largamente utilizado. No entanto, no início do século XX, ocorreu uma alteração nesse quadro relativo à mão de obra, com a não utilização de indígenas.

O fator que justificou tal alteração foi:

- (A) o fim da escravidão no Brasil no final do século XIX, atraindo a mão de obra imigrante para a região;
- (B) a política oficial dos governos republicanos de forçar a migração do sul para o norte do país;
- (C) a seca prolongada no nordeste, que forçou a migração deste contingente populacional para a região norte;
- (D) a decadência do café do Vale do Paraíba levando a população camponesa dessa área para o norte do país;
- (E) os investimentos do capital japonês na borracha da região norte, trazendo a mão de obra oriental para o Brasil.

68

“A permanência do Presidente da República em Porto Velho serviu para assentar as bases da criação de um Território Federal nas áreas dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim...”

(PINTO, Emanuel Pontes. *Território Federal do Guaporé*. Viçosa, 2003)

A criação do Território do Guaporé foi motivada pela:

- (A) política industrializante voltada à região amazônica;
- (B) pressão política das oligarquias rurais de Porto Velho;
- (C) possibilidade de aumento da produção de borracha;
- (D) necessidade de proteção das fronteiras brasileiras;
- (E) descentralização do poder político nacional.

69

“Rondônia passou (...) a representar novamente uma fronteira de expansão da produção de soja, e os atores econômicos devem dar o devido destaque para esse espaço juntamente com o Estado do Mato Grosso.”

(EGLER, Claudio. A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul Americano. In: *Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais*. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, p. 15-34, 2007)

A expansão da produção de soja no Estado de Rondônia ocorreu, principalmente:

- (A) na porção norte do território, em razão da presença da hidrovia do Madeira;
- (B) na porção oeste do território, pela facilidade de escoamento da produção pela Bolívia;
- (C) na porção central do território, onde houve fixação de muitos migrantes nordestinos;
- (D) na porção sudeste do estado, em razão da política territorial dos Eixos Nacionais de Integração;
- (E) na porção sul do estado, pela proximidade com a capital, que polarizou o poder político do estado.

70

A respeito da geodiversidade do relevo do Estado de Rondônia, considere as seguintes afirmativas:

I - No Estado de Rondônia, destacam-se os principais padrões geomorfológicos: planícies de inundação, baixadas fluviolacustres e terraços fluviais das várzeas dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé; superfícies aplainadas sobre o embasamento pré-cambriano; planaltos e serras decorrentes de dobramentos modernos.

II - As maiores elevações encontram-se nas Serras dos Pacaás Novos e Parecis, atingindo altitudes superiores a 1000 metros acima do nível do mar.

III - Na faixa sudoeste do estado, na fronteira com a Bolívia, ocorre uma vasta bacia sedimentar quaternária que se espalha pelo território boliviano, denominada Depressão do Guaporé.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Redação

Uma vez mais a discussão sobre justiça/injustiça da pena de morte volta à tona em razão de ela ter sido aplicada, na Indonésia, a dois brasileiros condenados por tráfico de drogas. As posições dos brasileiros sobre o fuzilamento variam bastante, havendo opiniões numerosas de apoio ao governo da Indonésia e outras de condenação pelo “barbarismo” do processo.

Nesse caso particular, qual a sua opinião sobre esse tipo de pena?

Apresente sua posição, defendendo-a com argumentos convincentes, em um texto com número mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

Realização

